

Seminário debate propostas para a Assembleia Constituinte

por Ana Cristina Magalhães
de São Paulo

Discutir amplamente as possíveis formas e conteúdo da nova Constituição Federal. Este será o principal objetivo do seminário "Propostas para uma Constituinte", promovido pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que terá início na próxima quinta-feira, no auditório da CESP, em São Paulo. As propostas levantadas no seminário serão encaminhadas ao presidente da República, Tancredo Neves, como subsídio para uma nova Constituição.

Para o secretário de Justiça, José Carlos Dias, o País vive um momento pré-constituente, que deve ser amplamente discutido e trabalhado em todos os níveis da sociedade brasileira. O seminário, segundo ele, é um esforço para trazer grandes nomes de todo o País para o debate de grandes temas.

A palavra de ordem do presidente da República, observou a procuradora geral do Estado, Norma Kyriakos, é a abertura de debates. O seminário, segundo ela, é a contribuição do Estado de São Paulo, que, através de seus órgãos representativos, dará partida a esta discussão. A procuradora geral informou também que os resultados dos debates com as propostas formuladas serão publicados nas revistas da Procuradoria e da Associação dos Advogados de São Paulo, que serão distribuídas a todos os órgãos jurídicos do País.

Para o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Ives Gandra da Silva Martins, esta discussão é imprescindível. Para ele, é preciso definir, antes de mais nada, qual será a forma da Assembleia Constituinte. Ives Gandra acredita que o seminário terá ainda uma terceira finali-

dade, a didática. Segundo ele, fala-se em Constituinte, Constituição e o povo brasileiro não sabe ao certo o que significam estas palavras.

O professor Celso Bastos, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, afirmou que todos as tendências políticas estarão em debate durante o seminário. Ele acredita que não poderia ser diferente, pois o que se está discutindo é a organização de um país onde todos devem ser ouvidos. Celso Bastos, contudo, disse que o evento é científico e não uma tribuna para discursos.

Durante quatro meses, juristas, economistas, empresários, ministros de Estado e outros representantes da sociedade debaterão temas como: parlamentarismo e presidencialismo; formas de participação política; sistema tributário; direitos fundamentais; exercício do poder constituinte. Duas tendências já estão marcadas. A seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil defende a formação de uma Assembleia Constituinte agora; o Instituto dos Advogados do Brasil sustenta a formação somente em 1986, depois de amplo debate do tema entre todos os segmentos da sociedade.

O seminário é uma promoção conjunta da Procuradoria Geral do Estado, Ordem dos advogados do Brasil, seção São Paulo, Faculdade de Direito da PUC, Associação dos Advogados de São Paulo, Instituto dos Advogados de São Paulo, Associação dos Procuradores do Estado, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, Associação dos Advogados Criminais, Associação dos Advogados Trabalhistas e Companhia Energética de São Paulo (CESP).